



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nota Técnica 65/2015 BCB/Deban/Conep-
Gemon

Brasília, 24 de fevereiro de 2015

Reavaliação dos custos e do resultado operacional do Sistema de Transferência de Reservas desde 2002

1. Introdução

A política de definição das tarifas cobradas pela utilização do Sistema de Transferência de Reservas (STR) desde sua implantação em abril de 2002 é estabelecida pelo parágrafo 1º do artigo 40 do regulamento do STR¹, que disciplina seu funcionamento, que indica que “as tarifas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil com vistas, exclusivamente, ao ressarcimento das despesas por ele incorridas na gestão e na operação do STR”.

Para que as tarifas estabelecidas gerem o montante de receitas que seja suficiente para ressarcir totalmente as despesas incorridas pelo Banco Central do Brasil (BCB) na gestão e na operação do STR, é necessária uma correta estimativa dessas despesas. Desde a primeira reavaliação das tarifas do STR em janeiro de 2007², as despesas com o STR vêm sendo apuradas pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais (SCIG) do BCB. O SCIG atribui valores monetários às diversas ações executadas pelos servidores do BCB com base na alocação de tempo pelos servidores, mensalmente, em cada ação. Esses valores são baseados no subsídio mensal recebido por cada servidor, incorporando também custos indiretos como água, eletricidade, telefone e manutenção predial, por exemplo, que são contabilizados por meio do rateio desses custos totais por servidor.

No entanto, despesas mensais incorridas pela área de tecnologia com *software*, suporte local, interconexão e manutenção de *hardware* não são capturadas pelo SCIG. Isso significa que, até a revisão mais recente das tarifas³, essas despesas não estavam sendo incorporadas na estimativa de custos do STR. Até aquele momento, a área de tecnologia não tinha um método capaz de alocar essas despesas entre os diversos sistemas operados pelo BCB, dentre eles o STR, de forma que as despesas com sua gestão e operação vinham sendo subestimadas.

Em 2014, a área de tecnologia desenvolveu um método capaz de estimar a participação do STR em seus custos totais, com base na sua participação aproximada no custo total do *mainframe*, no qual funcionam diversos sistemas operados pelo BCB, e na evolução do consumo geral do *mainframe*. Com essa metodologia, foi possível estimar as despesas incorridas pela área de tecnologia com o STR desde a sua implantação em 2002. Esse aperfeiçoamento do método de estimativa dos custos incorridos com o STR possibilita identificar com mais precisão o montante atual a ser recuperado pelo BCB e estimar o horizonte temporal em que esse montante pode ser recuperado. Esses são os objetivos da presente Nota Técnica.

¹ Ver Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002.

² Ver Nota Técnica “Tarifas do Sistema de Transferência de Reservas: Reavaliação” de 15 de janeiro de 2007, disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/spb/NotaRevisãoTarifasSTR.pdf>.

³ Ver Nota Técnica “Revisão das Tarifas do Sistema de Transferência de Reservas” de 4 de setembro de 2012, disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/spb/NotaTecnica_TarifasSTR_setembro2012.pdf.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Além desta introdução, este documento é constituído de outras seis seções. A seção 2 apresenta as novas estimativas para os custos do STR desde abril de 2002. A seção 3 expõe as novas estimativas para o resultado operacional do STR e para o atual montante a ser recuperado pelo BCB. As projeções até o final de 2017 das receitas, dos custos operacionais e do valor a ser recuperado são explicadas, respectivamente, nas seções 4, 5 e 6. A última seção apresenta as considerações finais.

2. Estimação dos custos do STR

Os custos do STR podem ser divididos em três classes: os custos com investimento, dispendidos para a implantação e para a modernização do sistema; os custos com gerenciamento, acompanhamento e monitoramento do sistema; e os custos com tecnologia, que incluem aluguel de *software*, suporte local, interconexão e manutenção de *hardware*, inclusive os custos com os recursos humanos envolvidos nessas tarefas.

Os custos com investimento não são regulares e são de difícil previsão. Desde 2002, foram identificados quatro momentos em que houve esse tipo de dispêndio:

- a) em abril de 2002, para a implantação do STR, no montante de R\$14.483.316,33 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e três centavos), conforme exposto no apêndice da Nota Técnica de março de 2010⁴;
- b) em dezembro de 2009, para a modernização do STR, no montante de R\$17.959.714,31 (dezessete milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quatorze reais e trinta e um centavos), conforme exposto na Nota Técnica de setembro de 2012;
- c) em janeiro de 2013, para investimento em infraestrutura, no montante de R\$3.775.112,62 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, cento e doze reais e sessenta e dois centavos); e
- d) em janeiro de 2014, para novos investimentos em infraestrutura, também no montante de R\$3.775.112,62 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, cento e doze reais e sessenta e dois centavos).

Dentro do BCB, o Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) é o responsável pelo gerenciamento, acompanhamento e monitoramento do STR. O SCIG estima mensalmente os custos do Departamento com essas ações. Os dados provenientes do SCIG estão disponíveis apenas a partir de março de 2003. Para os meses entre abril de 2002 e fevereiro de 2003 utilizou-se como substituto aproximado (*proxy*) o valor monetário total estimado pelo SCIG para o mês de março de 2003.

Até 2012, apenas essas duas classes de custos estavam sendo consideradas para a definição das tarifas do STR. Em 2014, o Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf) do BCB desenvolveu metodologia capaz de estimar, em bases anuais, parcela de seus custos totais relacionados à tecnologia da informação (TI) que foi gasta pelo STR. Os custos com TI foram divididos em seis itens: *software*, suporte local (de *software* e de *hardware*), interconexão entre CSI, manutenção de *hardware*, recursos humanos na área de desenvolvimento e recursos humanos na área de infraestrutura. Para os quatro itens não relacionados a recursos humanos, a alocação desses custos totais no STR foi realizada pela estimativa de participação de 30% do

⁴ Ver Nota Técnica “Tarifas do Sistema de Transferência de Reservas” de 11 de março de 2010, disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/spb/Nota_de_Tarifas_STR.pdf.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

STR na utilização do *mainframe*. Procedeu-se da mesma forma para 2013. Para 2012, considerou-se a estimativa de participação de 23% do STR na utilização do *mainframe*, considerando que o consumo geral do *mainframe* era cerca de 6,7% maior do que em 2013. Para 2011, considerou-se a estimativa de participação de 18% do STR na utilização do *mainframe*, considerando que o consumo geral do *mainframe* era 25% maior do que em 2012. Para os demais anos, não foi possível recuperar os parâmetros necessários para estimar os custos com cada um dos itens com base nos custos totais estimados para 2014. Para estimar os custos com esses itens entre 2002 e 2010, deflacionaram-se os valores estimados para 2011, ano após ano, utilizando o IPCA. Para os dois itens relacionados a recursos humanos, como não existe uma relação direta entre esses custos e a participação do STR na utilização do *mainframe* e a evolução do consumo geral do *mainframe*, simplesmente deflacionaram-se os dados estimados para 2014 utilizando o IPCA. Para obter os custos mensais, dividiram-se os custos estimados anualmente igualmente para cada um dos doze meses. Para 2002, consideraram-se apenas nove meses, dado que o STR foi implantado somente em abril. A tabela 1 apresenta os custos anuais de TI com o STR estimados desde 2002.

Tabela 1 – Custos de TI com o STR (em R\$)

Item	Custo total de TI em 2014	Custo de TI alocado para o STR			
		2014	2013	2012	2011
Software	16.762.435,44	5.028.730,63	5.028.730,63	4.112.384,16	3.771.547,97
Suporte local (software e hardware)	5.825.313,36	1.747.594,01	1.747.594,01	1.429.143,54	1.310.695,51
Interconexão entre CSI	797.377,68	239.213,30	239.213,30	195.623,32	179.409,98
Manutenção hardware	2.049.229,08	614.768,72	614.768,72	502.744,20	461.076,54
Recursos humanos desenvolvimento		1.994.000,00	1.882.730,62	1.778.846,01	1.670.277,95
Recursos humanos infraestrutura		2.376.000,00	2.243.414,22	2.119.627,95	1.990.260,98
Total	25.434.355,56	12.000.306,67	11.756.451,51	10.138.369,19	9.383.268,93

Item	Custo de TI alocado para o STR				
	2010	2009	2008	2007	2006
Software	3.561.087,69	3.413.946,59	3.223.745,60	3.086.105,31	2.992.151,74
Suporte local (software e hardware)	1.237.555,95	1.186.421,20	1.120.322,19	1.072.489,17	1.039.838,25
Interconexão entre CSI	169.398,53	162.399,12	153.351,39	146.803,94	142.334,63
Manutenção hardware	435.347,51	417.359,32	394.107,01	377.280,30	365.794,36
Recursos humanos desenvolvimento	1.577.072,94	1.511.909,63	1.427.676,71	1.366.720,95	1.325.112,42
Recursos humanos infraestrutura	1.879.200,25	1.801.553,30	1.701.183,48	1.628.550,14	1.578.970,47
Total	8.859.662,86	8.493.589,16	8.020.386,37	7.677.949,81	7.444.201,87

Item	Custo de TI alocado para o STR			
	2005	2004	2003	2002
Software	2.831.064,19	2.631.100,55	2.407.228,31	1.604.391,04
Suporte local (software e hardware)	983.856,80	914.365,05	836.564,55	557.561,02
Interconexão entre CSI	134.671,80	125.159,67	114.510,22	76.319,79
Manutenção hardware	346.101,20	321.655,39	294.286,73	196.138,85
Recursos humanos desenvolvimento	1.253.772,75	1.165.216,31	1.066.071,65	710.524,96
Recursos humanos infraestrutura	1.493.963,92	1.388.442,31	1.270.304,03	846.643,58
Total	7.043.430,66	6.545.939,28	5.988.965,49	3.991.579,24



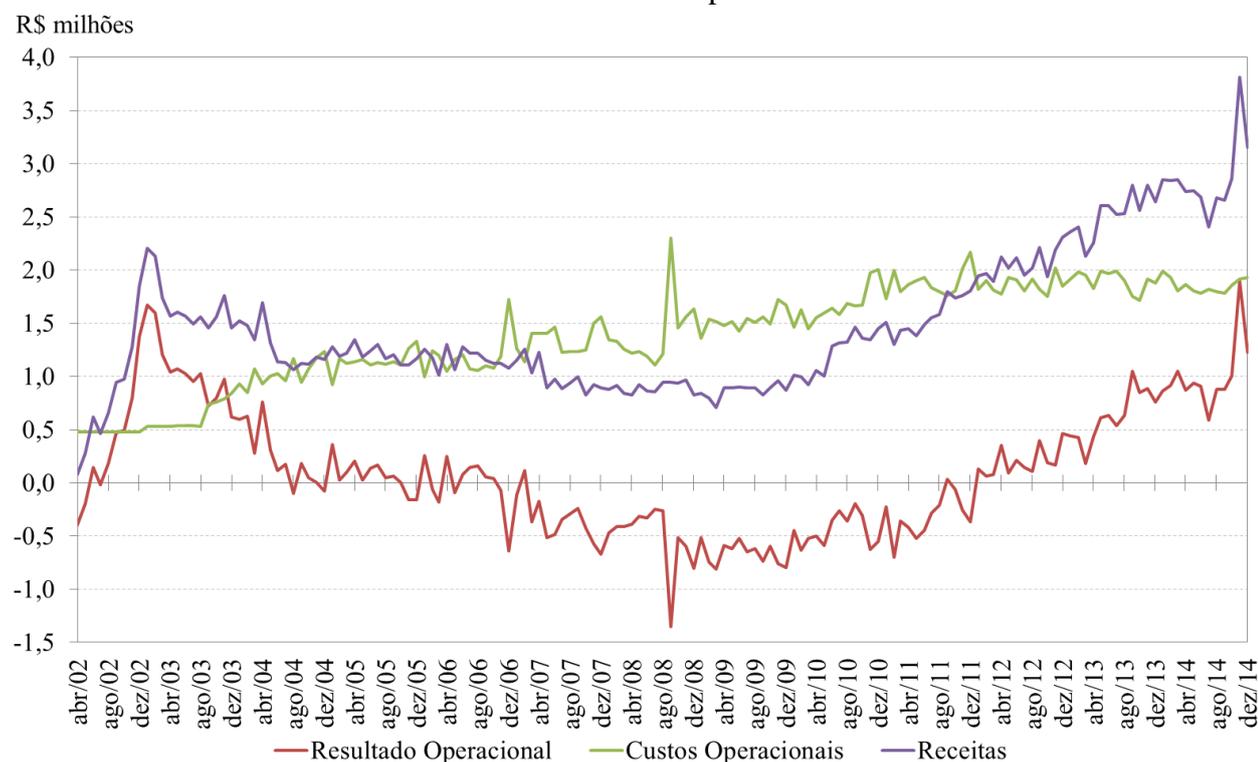
BANCO CENTRAL DO BRASIL

3. Estimação do resultado operacional do STR e do valor nominal a ser recuperado

A contabilização das receitas do STR permanece sendo feita da mesma forma desde a primeira reavaliação das tarifas em janeiro de 2007. As receitas são apuradas por meio dos registros contábeis do BCB. Elas advêm quase totalmente das tarifas que devem ser pagas por cada mensagem cursada no sistema. Uma pequena parcela advém das tarifas cobradas para operação em regime de contingência.

Considerando apenas os custos operacionais do STR, que incluem os custos com gerenciamento, acompanhamento e monitoramento do sistema e os custos com tecnologia e que excluem os gastos com investimentos, é possível estimar o resultado operacional mensal do STR desde a sua implantação. A evolução temporal dos valores mensais das receitas apuradas, assim como dos custos e dos resultados operacionais estimados, desde 2002 até 2014, podem ser visualizadas no gráfico 1.

Gráfico 1 – Estimativa do resultado operacional mensal do STR



Como pode ser visto no gráfico 1, é possível dividir a evolução do resultado operacional do STR em quatro momentos. Num primeiro momento, logo após sua implantação, o STR apresentou lucro operacional. A quantidade de mensagens cursadas no novo sistema foi bem superior ao inicialmente projetado em 2001, conforme análise contida na Nota Técnica de janeiro de 2007. Isso resultou em receitas acima do esperado, gerando lucros consecutivos até maio de 2004. Num segundo momento, que durou até outubro de 2006, o STR apresentou equilíbrio em suas contas, com as receitas se mantendo aproximadamente no mesmo nível dos custos operacionais. A partir de novembro de 2006, contudo, os custos operacionais iniciaram uma tendência de crescimento. Ao mesmo tempo, principalmente a partir dos efeitos da Circular



BANCO CENTRAL DO BRASIL

nº 3.337, de 21 de dezembro de 2006, que diminuiu as tarifas do STR⁵, as receitas entraram numa trajetória de queda. Esses dois movimentos concomitantes fizeram com que o STR auferisse prejuízos operacionais consecutivos até dezembro de 2011. O quarto e atual momento se iniciou em janeiro de 2012, quando o STR voltou a auferir lucro operacional. Desde esse mês, os custos operacionais vêm se mantendo relativamente estáveis, flutuando em torno de uma média, no período, de R\$1,9 milhão. Ao mesmo tempo, as receitas vêm mantendo trajetória de crescimento iniciada ainda no começo de 2010. Esse crescimento se deveu, num primeiro momento, à majoração da tarifa média instituída por meio da Circular nº 3.488, de 18 de março de 2010, e, num segundo momento, pelos efeitos das Circulares nº 3.534, de 6 de maio de 2011, e nº 3.552 de 26 de julho de 2011, que obrigaram que determinados tipos de transferências fossem liquidados exclusivamente através do STR. Essas medidas levaram a um aumento da quantidade de mensagens trafegadas no sistema, sustentando a tendência de crescimento de suas receitas operacionais.

Além do resultado operacional, deve-se também considerar os gastos com investimento na estimativa da evolução temporal do valor nominal a ser recuperado pelo BCB pela gestão e pela operação do STR. Nesse sentido, são incluídos, no fluxo de resultado operacional visualizado no gráfico 1, os custos com investimento nos quatro períodos discriminados na seção anterior. Além disso, considera-se o custo de oportunidade dos recursos que foram investidos no STR. Por essa razão, o valor nominal a ser recuperado pelo BCB é atualizado mensalmente pela taxa Selic acumulada no mês.

De acordo com a Nota Técnica de setembro de 2012, os gastos de investimento na implantação do STR já haviam sido completamente recuperados em dezembro de 2009, dentro do horizonte temporal de sete anos estabelecido na Nota Técnica de maio de 2001⁶. Ainda de acordo com a Nota Técnica de 2012, os gastos de investimento na modernização do STR deveriam ser recuperados até 2016. Diante da reavaliação dos custos incorridos pelo STR desde a sua implantação, com a consideração dos custos de TI, fez-se necessário também reavaliar o horizonte temporal de recuperação dos custos do STR, dado que a curva do valor nominal a ser recuperado pelo BCB alterou-se significativamente por causa das novas estimativas. Além disso, conforme exposto na seção anterior, novos gastos com investimento em infraestrutura foram realizados em 2013 e em 2014, antes, portanto, do prazo de maturação de sete anos inicialmente previsto para os gastos com a modernização do STR.

Com base nos investimentos relatados na seção anterior, nota-se que a periodicidade e os valores gastos com investimento não costumam apresentar um padrão regular de comportamento e, portanto, são de difícil previsão. No entanto, dada a pouca frequência da ocorrência de desembolsos com investimento no STR (quatro eventos observados nos últimos doze anos) e a inconveniência em se promover alterações muito frequentes nas tarifas, entende-se que não seja conveniente estabelecer um horizonte de tempo muito curto para que tais custos sejam recuperados. Por outro lado, também não seria razoável que os custos com investimentos sejam recuperados dentro de um horizonte de tempo demasiadamente longo, quando se poderia perder de vista a política de recuperação determinada em Regulamento. Nesse sentido, o BCB promove,

⁵ Naquele momento, como os custos de TI não estavam sendo considerados e, portanto, os custos operacionais estavam subestimados, acreditava-se que existia margem para redução das tarifas. Ver a análise empreendida à época na Nota Técnica de janeiro de 2007.

⁶ Ver Nota Técnica “Tarifas do Sistema de Transferência de Reservas: nota metodológica” de 11 de maio de 2001, disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/spb/tarifaSTR.pdf>.

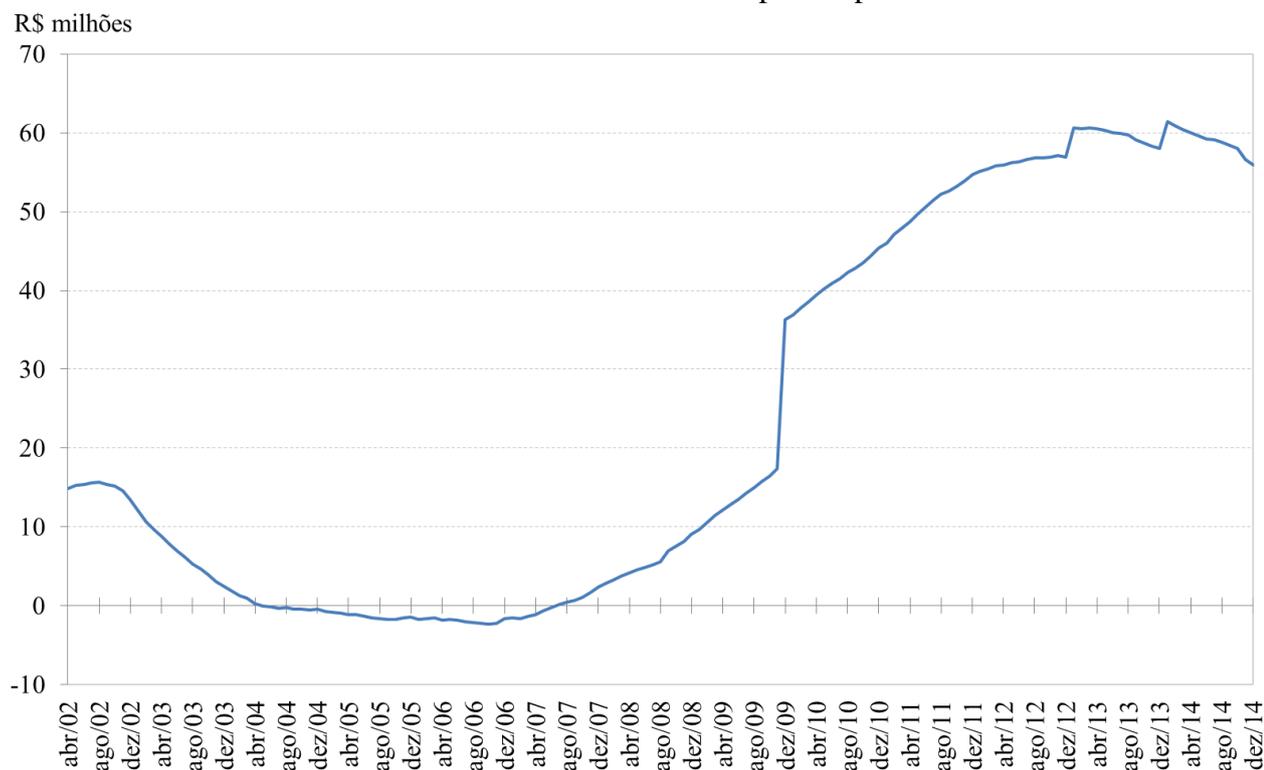


BANCO CENTRAL DO BRASIL

periodicamente, avaliações do resultado operacional do STR, objetivando alinhar, oportunamente, as regras de tarifação do STR às diretrizes regulamentares de recuperação de custos.

No final de dezembro de 2014, o valor nominal a ser recuperado pelo BCB estava em R\$55.887.536,21 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos). A evolução temporal desse montante pode ser visualizada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Valor nominal a ser recuperado pelo BCB



A partir desse valor, deve-se projetar o comportamento dessa curva durante o horizonte de tempo necessário para que o BCB recupere totalmente os custos incorridos com o STR. Para tanto, deve-se projetar o comportamento das receitas e dos custos operacionais do STR.

4. Projeção das receitas do STR

Para projetar as receitas do STR é necessário projetar a quantidade de mensagens que trafegam no sistema. Conforme Circular nº 3.628 de 19 de fevereiro de 2013, existem três níveis de tarifa, a depender da faixa de horário em que a mensagem foi emitida. Para os fins da projeção, cada mensagem foi alocada em uma das três faixas de horário existentes. Como a quantidade de mensagens emitida em cada mês é positivamente correlacionada com o número de dias úteis desse mês, optou-se por realizar as projeções utilizando a média diária de mensagens emitidas em cada faixa de horário. A amostra utilizou dados mensais de janeiro de 2010 a dezembro de 2014.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Utilizou-se a metodologia Box-Jenkins para prever as variáveis⁷. Utilizando as três séries em log, verificou-se, por meio do teste ADF⁸, que todas as três séries não são estacionárias. Diferenciando-as, foi possível rejeitar a hipótese nula de presença de raiz unitária por meio do teste ADF, indicando que as três séries em diferença são estacionárias. Para identificar as ordens dos termos autoregressivos e de média móvel, rodaram-se 121 modelos para cada uma das séries, cada um com uma combinação diferente entre os termos, que variaram de 0 a 10. Utilizou-se o critério de Schwarz para selecionar o modelo de previsão de cada uma das séries. Para a série da primeira faixa de horário, foi selecionado um MA(1)⁹. Para a série da segunda faixa de horário, foi selecionado um modelo de passeio aleatório¹⁰. Para a terceira faixa de horário, foi selecionado um ARMA(1,1). Os três modelos apresentaram resíduos comportados, com o teste LM não rejeitando a hipótese de ausência de autocorrelação entre os resíduos, o teste de White não rejeitando a hipótese nula de homocedasticidade e o teste de Jarque-Bera não rejeitando a hipótese nula de normalidade, indicando que os três modelos são propícios para realizar previsão.

O gráfico 3 apresenta os valores observados até dezembro de 2014 (pontos à esquerda da linha vertical) e os valores projetados até dezembro de 2017 com base nos modelos identificados (pontos à direita da linha vertical) da quantidade de mensagens cursadas no STR para cada uma das três faixas de horário de tarifação.

⁷ Ver BOX, G. E.; JENKINS, G. W.; REINSEL, G. C. *Time series analysis: forecasting and control*. 2 ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1994.

⁸ ADF é a sigla em inglês para o teste de Dickey-Fuller aumentado (*Augmented Dickey-Fuller*). O ADF é um teste de raiz unitária usualmente utilizado para identificar a estacionaridade de uma série temporal.

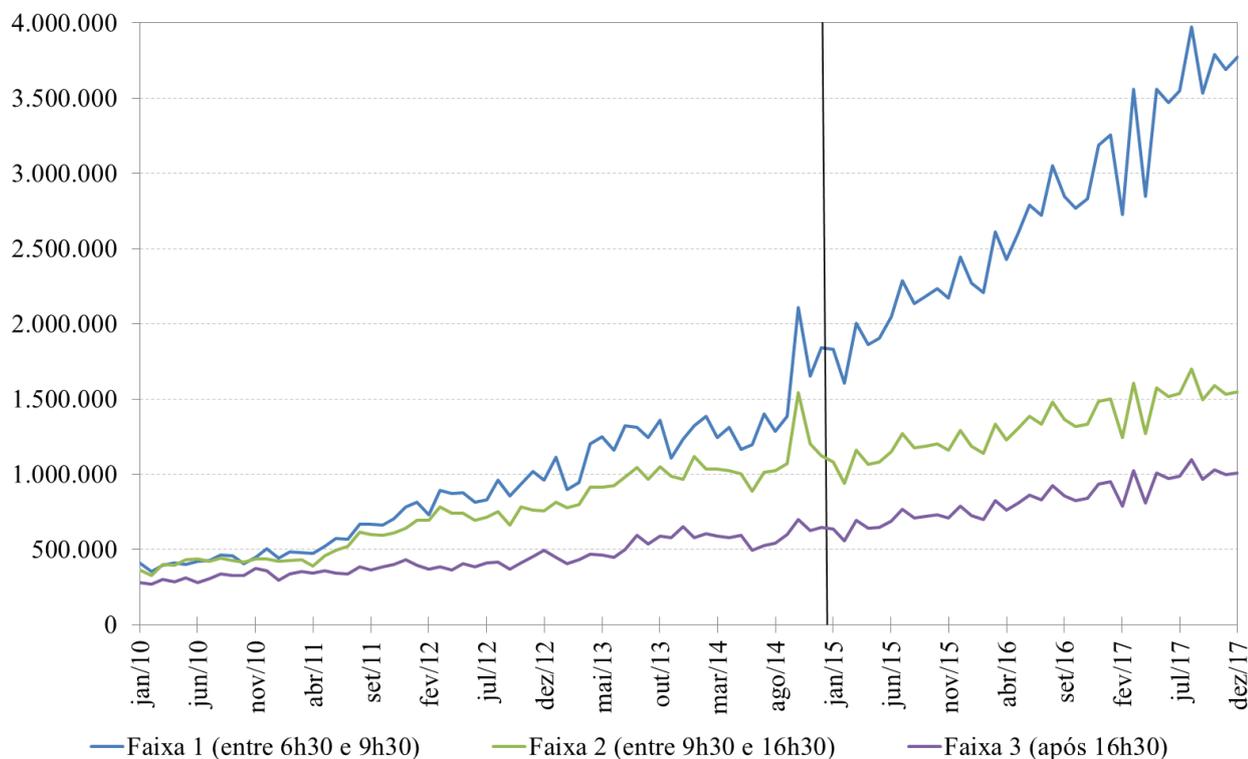
⁹ No MA(1), o teste de Jarque-Bera rejeitou a hipótese de normalidade dos resíduos. Para corrigir esse problema, introduziu-se uma variável *dummy* que assumiu valor igual a um em outubro de 2014 e valor igual a zero nos demais meses. O gráfico dos resíduos indicou que esse mês era um *outlier*. Com essa *dummy*, o teste de Jarque-Bera não rejeitou a hipótese de normalidade dos resíduos no modelo MA(1).

¹⁰ Assim como no modelo selecionado para a primeira faixa de horário, o teste de Jarque-Bera rejeitou a hipótese de normalidade dos resíduos no modelo de passeio aleatório. Introduzindo a mesma variável *dummy*, já que, também nesse caso, o gráfico dos resíduos indicou que outubro de 2014 era um *outlier*, o teste de Jarque-Bera não rejeitou a hipótese de normalidade dos resíduos.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Gráfico 3 – Quantidade mensal de mensagens cursadas no STR



5. Projeção dos custos operacionais do STR

Utilizaram-se dois métodos diferentes para projetar as duas classes de custos operacionais do STR. A projeção dos custos de gerenciamento, acompanhamento e monitoramento do STR foi baseada na evolução temporal da quantidade de servidores alocados nessas ações, considerando a estrutura da carreira dos servidores do BCB, e na sua evolução salarial. Tomando como base a situação observada em julho de 2014, projetou-se, até 2017, em termos anuais, a evolução na carreira dos servidores que desempenhavam essas funções nesse mês¹¹. Aplicou-se, ainda, um crescimento salarial de 5% em cada uma das classes da carreira dos servidores do BCB¹². Além disso, foi aplicado um fator aos gastos salariais estimados. Como o SCIG incorpora os custos indiretos em sua estimativa dos custos, calculou-se a relação entre o custo informado pelo SCIG em julho de 2014 e os gastos exclusivamente com salários nesse mesmo mês. Essa relação de aproximadamente 1,5 foi aplicada como um fator para os custos projetados com base exclusivamente nos salários para os anos 2015, 2016 e 2017.

Para os custos de TI, o método utilizado dependeu do item que o compõe. Para os itens relacionados a recursos humanos, os custos foram aumentados em 5% para cada ano a partir de 2015, seguindo metodologia semelhante àquela aplicada para os custos de gerenciamento, acompanhamento e monitoramento do STR. Para os itens não relacionados a recursos humanos, aplicou-se a mediana das expectativas de mercado para o IPCA publicado pelo BCB no Focus - Relatório de Mercado em 16 de janeiro de 2015. As taxas aplicadas para 2015 e 2016 foram,

¹¹ Considerou-se, inclusive, a reestruturação organizacional do Deban implantada a partir de março de 2015, em que oito servidores que desempenhavam essas funções foram alocados em outras atividades.

¹² Replicou-se para 2016 e 2017 o aumento salarial de 5% concedido para os servidores do BCB em 2013, 2104 e 2015.

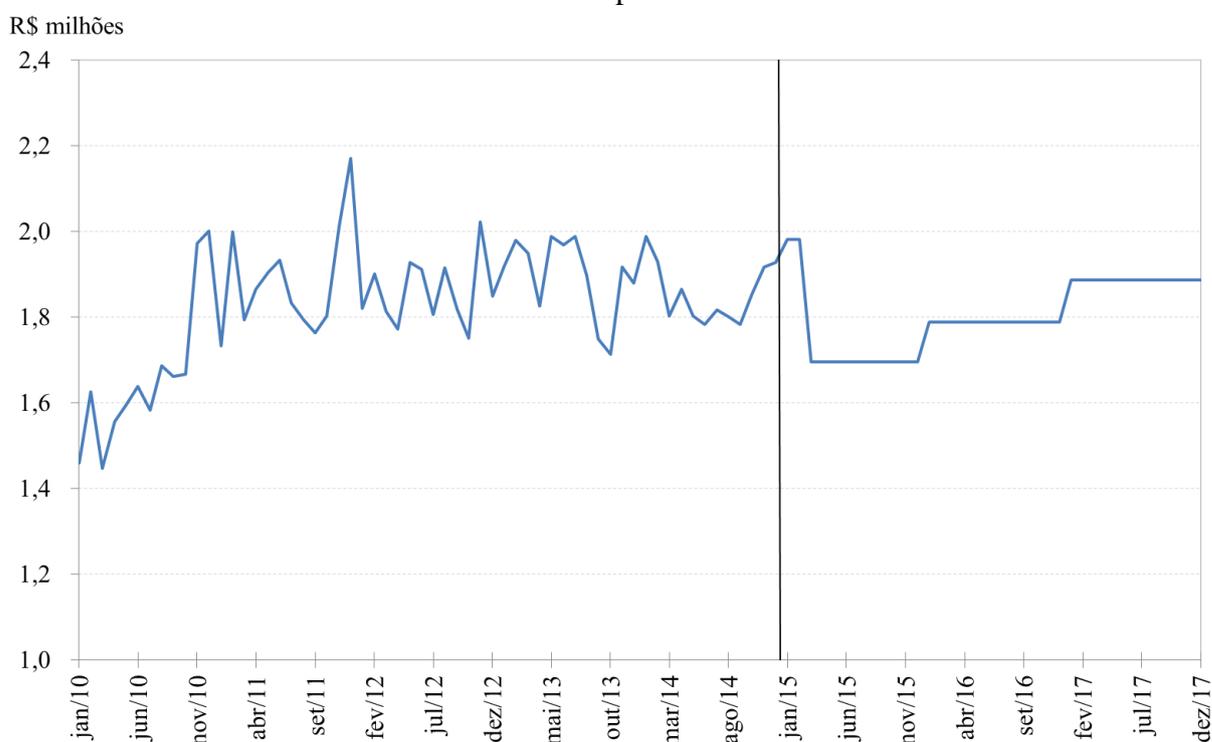


BANCO CENTRAL DO BRASIL

respectivamente, 6,67% e 5,70%. Para 2017, diante da ausência de previsões disponíveis no mercado, utilizou-se a taxa de 4,50%, que corresponde à atual meta de inflação perseguida pelo BCB.

Os custos operacionais foram projetados em termos anuais. Distribuíram-se igualmente esses custos para cada um dos meses do ano. O gráfico 4 apresenta os custos operacionais estimados até dezembro de 2014 (pontos à esquerda da linha vertical) e os custos operacionais projetados até dezembro de 2017 (pontos à direita da linha vertical). A queda observada nos custos projetados a partir de março de 2015 se refere à realocação de oito servidores em atividades não relacionadas ao STR.

Gráfico 4 – Custos operacionais do STR



6. Projeção do valor nominal a ser recuperado pelo BCB

Com base nas projeções da quantidade de mensagens cursadas no STR e do seu custo operacional, é possível projetar o comportamento do valor nominal a ser recuperado pelo BCB. Essa trajetória vai depender do valor considerado para as tarifas em cada uma das três faixas de horário existentes. Além dessas projeções, é necessário projetar também o comportamento da taxa de juros ao longo do período de análise, já que essa é a variável considerada para avaliar o custo de oportunidade do montante invertido na gestão e na operacionalização do STR. Para 2015 e 2016, foi utilizada a mediana das expectativas de mercado para a média da taxa Selic nesses dois anos publicada pelo BCB no Focus - Relatório de Mercado em 16 de janeiro de 2015, respectivamente 12,47% a.a. e 11,73% a.a. Na ausência de disponibilidade de expectativas de mercado para 2017, utilizou-se para esse ano a mesma taxa de 2016.

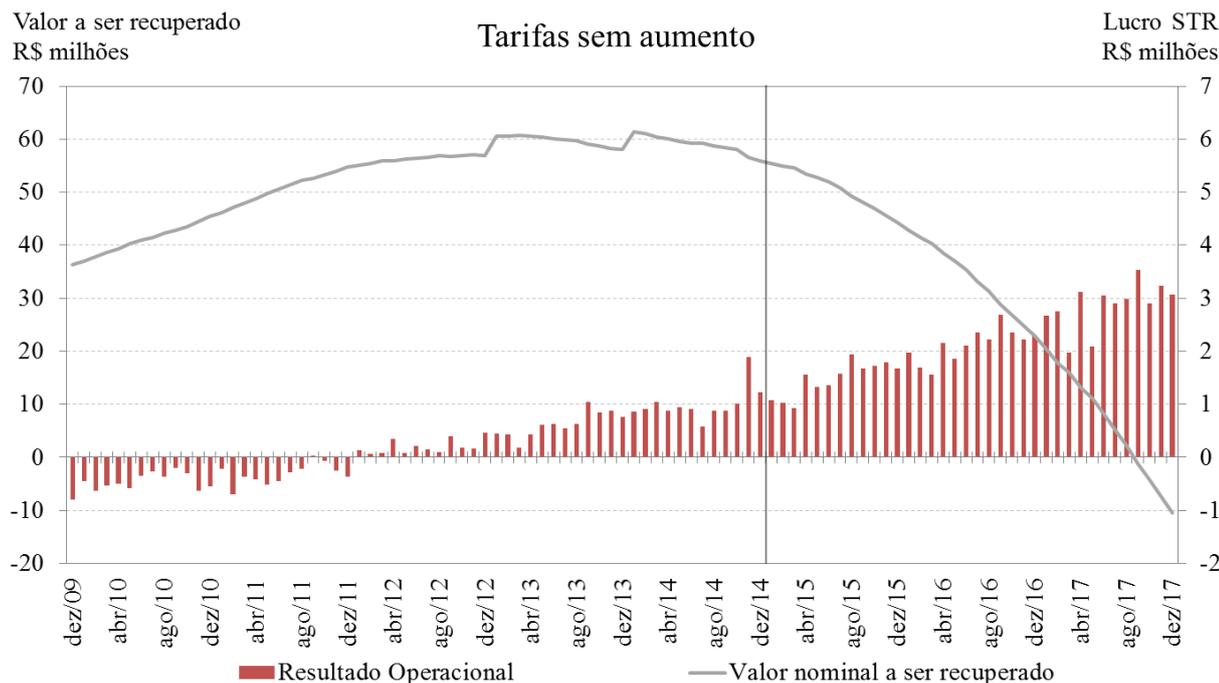
Nos cenários traçados - tarifas sem aumento e tarifas com reajustes de até 25% - o percentual de aumento incidiu sobre as três faixas de horário e para as tarifas cobradas tanto de



BANCO CENTRAL DO BRASIL

emissores quanto de recebedores das mensagens. Considerou-se que o aumento das tarifas seria implantado em julho de 2015, com efeitos sobre as receitas em agosto do mesmo ano. Considerou-se, ainda, que não haverá novos gastos com investimento nos próximos três anos. O cenário projetado sem aumento de tarifa pode ser visualizado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Cenário de evolução do valor nominal a ser recuperado pelo BCB sem aumento das tarifas



Se não houver aumento de tarifas, o BCB recuperaria todo o valor das despesas incorridas com o STR em setembro de 2017. Nos demais cenários, concluiu-se que não haveria uma antecipação significativa do período de recuperação das despesas incorridas.

Assim, de acordo com as projeções, é possível perceber que a tendência de aumento no lucro operacional do STR, verificada desde 2012, deve se manter nos três próximos anos. Dessa forma, o lucro operacional cada vez maior, decorrente de um crescimento maior na quantidade de mensagens do que nos custos operacionais do STR, deve ser suficiente para que o BCB recupere todos os seus custos desde a sua implantação em pouco menos de três anos, o que pode ser considerado um horizonte de tempo bastante razoável. Por outro lado, a elevação nas tarifas no presente momento, apesar de antecipar esse horizonte de tempo em poucos meses, parece não trazer maior benefício do que o custo atrelado a novas mudanças tarifárias depois de apenas dois anos após as alterações mais recentes¹³. Por essa razão, acredita-se que a manutenção da atual tabela de tarifas seja a melhor opção no momento.

¹³ Ver Circular nº 3.628 de 19 de fevereiro de 2013, que alterou as tabelas de tarifas do STR a partir de 1º de julho de 2013.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

7. Considerações finais

Devido ao desenvolvimento de uma nova metodologia de estimação dos custos do STR, que passou a incorporar os custos de TI, houve a necessidade de reavaliar o resultado operacional auferido pelo sistema desde a sua implantação em abril de 2002. As novas estimativas sugerem que existe atualmente um montante significativo a ser recuperado pelo BCB. Todavia, o STR se encontra em um processo de tendência de crescimento da quantidade de mensagens cursadas, o que vem resultando em receitas cada vez maiores. Ao mesmo tempo, os custos operacionais estão relativamente estáveis nos últimos quatro anos, não havendo perspectiva de elevações significativas para os próximos três anos. Espera-se, na verdade, uma pequena redução desses custos a partir de março de 2015. Esses movimentos têm gerado lucros operacionais cada vez maiores.

Espera-se que, mantido o atual nível das tarifas, esse movimento seja capaz de fazer com que o BCB consiga ressarcir a totalidade das despesas por ele incorridas na gestão e na operação do STR desde a sua implantação até setembro de 2017. Considera-se que esse horizonte de tempo é razoável e que, portanto, a melhor ação a se tomar neste momento é manter a atual tabela de tarifas. Reavaliações periódicas das projeções realizadas nesta Nota permitirão o acompanhamento dos resultados aqui expostos. Nesse sentido, o BCB continuará acompanhando sistematicamente a trajetória das receitas e dos custos do STR a fim de assegurar que a política tarifária esteja de fato cumprindo seu objetivo regulamentar.